



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Apresentação: 16/03/2026 15:58:08.333 - CSPCCO

REQ n.103/2026

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

(do Sr. Deputado Coronel Meira)

*Requer moção de repúdio ao Deputado Federal **PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA (PSD/RJ)** e ao Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, **EDUARDO DA COSTA PAES (PSD)**, pela postura intimidadora, ameaçadora, difamatória, injuriosa e caluniosa contra o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimo Senhor Cláudio Bomfim de Castro e Silva, e o Secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Dr. Felipe Curi, por conta da Operação Contenção Red Legacy, deflagrada contra a estrutura nacional do Comando Vermelho – CV, que prendeu o Vereador do Rio de Janeiro Salvino Oliveira, atitudes que afrontam a seriedade da Justiça e desrespeitam a sociedade que clama por segurança pública.*

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), ouvido o Plenário desta Comissão de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, seja aprovada moção de repúdio ao Deputado Federal **PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA (PSD/RJ)** e ao Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, **EDUARDO DA COSTA PAES (PSD)**, pela postura intimidadora, ameaçadora, difamatória, injuriosa e caluniosa contra o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimo Senhor Cláudio Bomfim de Castro e Silva, e o Secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Dr. Felipe Curi, por conta da Operação Contenção Red Legacy, deflagrada contra a estrutura nacional do Comando Vermelho – CV, que prendeu o Vereador do Rio de Janeiro Salvino Oliveira, atitudes que afrontam a seriedade da Justiça e desrespeitam a sociedade que clama por segurança pública.

JUSTIFICAÇÃO

O Vereador do Rio de Janeiro Salvino Oliveira (PSD) foi preso neste mês, juntamente com outras seis pessoas por conta da **Operação Contenção Red Legacy**, deflagrada contra a estrutura nacional do Comando Vermelho – CV.

O titular da Delegacia de Combate ao Crime Organizado do Departamento de Combate à Lavagem de Dinheiro, Delegado Vinicius Miranda, afirmou que a prisão de Salvino foi solicitada após a polícia encontrar indícios de ligação dele com a facção criminosa:

"Esses indícios foram apresentados na Justiça, que entendeu que havia prisão temporária para que se buscasse até mais elementos, mais provas, para que se entendesse melhor qual seria a participação exata dele dentro da facção."

No pedido de prisão, a Polícia Civil do Rio de Janeiro afirma ter identificado *"tentativas de interferência política em áreas dominadas pelo tráfico"*, com o objetivo de transformar esses territórios em bases eleitorais.

Segundo a Polícia Civil, as investigações indicam que o Vereador Salvino



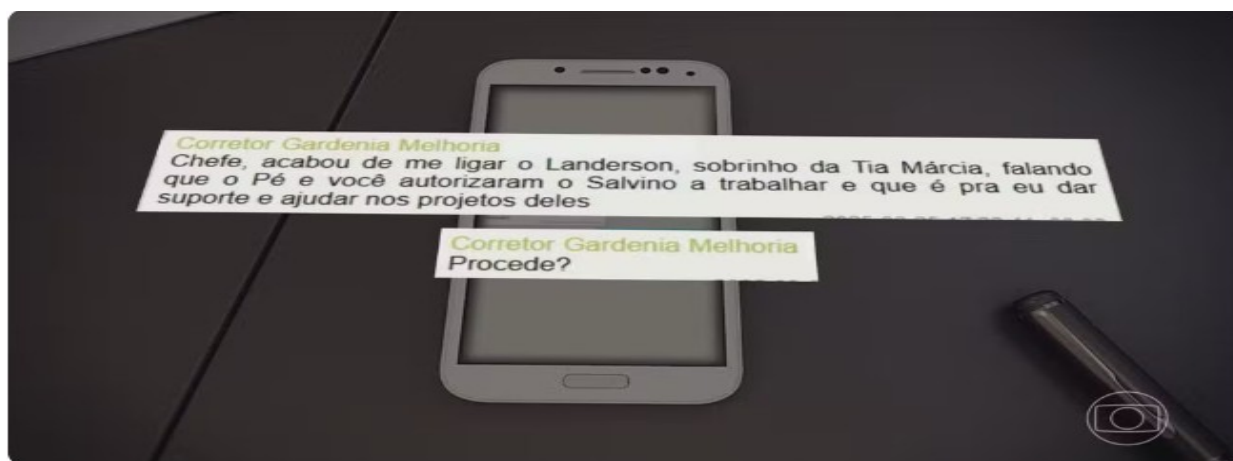


CÂMARA DOS DEPUTADOS

Oliveira teria buscado autorização do traficante Edgar Alves de Andrade, o Doca, para fazer campanha na comunidade da Gardênia Azul, área dominada pelo Comando Vermelho.

“Segundo os elementos reunidos pela investigação, o vereador Salvino Oliveira teria negociado diretamente com o traficante Edgar Alves de Andrade, o Doca, autorização para realizar campanha eleitoral na comunidade da Gardênia Azul, área sob domínio do Comando Vermelho”, afirmou a polícia no pedido de prisão.

Entre as provas apresentadas está a imagem de uma conversa no WhatsApp que mostraria um diálogo entre um comparsa conhecido como Dom e Doca.



Na mensagem, Dom escreve a Doca:

"Chefe, acabou de me ligar o Landerson, sobrinho da Tia Márcia, falando que o Pé e você autorizaram o Salvino a trabalhar e que é para eu dar suporte e ajudar nos projetos dele. Procede?"

Logo depois da troca de mensagens, Doca liga para Dom, e os dois permanecem ao telefone por mais de 11 minutos. Segundo a Polícia Civil do Rio de Janeiro, Dom atuava como elo entre o núcleo operacional do Comando Vermelho e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

agentes externos, incluindo policiais.

De acordo com a investigação, em troca da autorização para entrar na comunidade, o Vereador teria articulado benefícios ao grupo criminoso, apresentados publicamente como ações voltadas para moradores da região.

O Secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Dr. Felipe Curi, afirmou que Salvino se comunicava com o comando da facção por meio de Dom, que era conhecido como “síndico” da associação local. Segundo o Dr. Curi, o Vereador teria atuado para liberar parte dos quiosques construídos na Gardênia Azul.

“Foram construídos alguns quiosques, cerca de 100, se não me engano, e metade desses quiosques, 50 desses quiosques, teve um processo completamente publicizado”, disse o Secretário.

De acordo com as investigações, a definição de parte dos beneficiários teria sido feita diretamente por integrantes da facção, sem processo público transparente.

Diante disso, fica cabalmente demonstrado que o Vereador Salvino, aliado de Eduardo Paes e correlegionário de Pedro Paulo, foi preso pela Polícia Civil por suspeita de ter pedido aval a lideranças do Comando Vermelho para poder fazer campanha eleitoral em áreas dominadas pela facção e, em contrapartida, o Vereador articulava benefícios ao grupo criminoso que seriam apresentados como ações voltadas à população local.

Após todos esses desdobramentos policiais/jurídicos, o caso se transtornou em uma perseguição política do Deputado Federal Pedro Paulo (PSD/RJ) e do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PSD) contra o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimo Senhor Cláudio Bomfim de Castro e Silva (PL) e o Secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Dr. Felipe Curi.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Prefeito em suas redes sociais disse:

“Tenham coragem, não tentem atacar meu entorno. As pessoas que me cercam, que são dignas, que têm minha confiança. Vocês querem me atacar? Venham pra cima de mim. Não sejam covardes.”

“Enfrenta, vem para a briga, vem para o debate político. Deixa de ser frouxo, que é o que a gente viu acontecendo na segurança pública no Rio de Janeiro ao longo desses anos.”

“Se a sociedade aceitar que esse caso não tem resposta, que as coisas não sejam devidamente apuradas, nós estamos caminhando a passos mais do que largos, como nunca antes visto, para a barbárie. Nós estamos aqui para os tempos medievais. Daqui a pouco vão colocar os pretos, pobres, favelados nos calabouços. Os adversários políticos serão enforcados.”

“A manutenção das escolas do Estado é vergonhosa. Roubalheira nas escolas. São ladrões, bandidos mafiosos do governo Claudio Castro que vão cair quando perderem as imunidades. A gente vai ver isso. São vários casos: pegaram o dinheiro da previdência dos servidores e aplicaram no Banco Master sabendo que aquilo iria virar pó.”

Além disso, Eduardo Paes (PSD) acusou o Governador do Estado do Rio de Janeiro de usar politicamente as forças de segurança do Rio de Janeiro para atacar opositores e afirmou que há uma *“máfia que corrompe as instituições do Estado”*.

O Prefeito Paes criticou a política de segurança do estado, afirmando que a atual gestão tem oito anos e não conseguiu resolver a questão do domínio do Comando Vermelho sobre comunidades.

O Prefeito, também, afirmou que o Partido Social Democrático – PSD iria





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ajuizar ação no Superior Tribunal de Justiça – STJ contra o Governador por abuso de poder político. O presidente do partido no Rio, o Deputado Federal Pedro Paulo, aliado do Prefeito, também afirmou que marcou conversas com o Diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e com o Procurador-geral da República, Paulo Gonet, para tratar do caso.

“O meu partido vai sim, com toda a minha força política, com toda a minha manifestação, exigir a apuração profunda desses fatos. Vamos fazer isso em instâncias diferentes, vamos fazer isso junto ao Superior Tribunal de Justiça, dado o foro privilegiado, pelo menos por enquanto, do governador Cláudio Castro, antes que ele seja cassado”, disse o Prefeito Eduardo Paes, fazendo referência ao julgamento no Tribunal Superior Eleitoral – TSE que pode levar à cassação do governador.

Na ação proposta, o Deputado Federal Pedro Paulo, por meio do diretório estadual do PSD, alega suposto uso do aparato policial do estado para perseguir adversários políticos. No pedido, ele também pede o afastamento do Secretário de Polícia Civil, Dr. Felipe Curi, e do Governador, Dr. Cláudio Castro.

Além disso, o partido disse que vai acionar o Ministério Público do Rio de Janeiro para que averigue se houve ato de improbidade administrativa ao alegar que a decisão da prisão do Vereador foi motivada por abuso de poder, prevaricação e crimes eleitorais.

“É uma máfia que está instrumentalizando a polícia para prender adversários”, disse o Deputado Federal Pedro Paulo.

O Deputado Federal Pedro Paulo disse que não há provas de ligação do Vereador Salvino com o Comando Vermelho e que a prisão foi uma forma de perseguir adversários políticos do atual Governo do Rio.

“O que acontece é algo muito sério e coisa de máfia”, afirmou o Deputado





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Federal Pedro Paulo ao comentar a troca de mensagens divulgadas pela polícia.

Em virtude disso, a bancada do Partido Liberal – PL do estado do Rio de Janeiro oferece denúncia ao Procurador-geral da República, Dr. Paulo Gonet, por conta dos supostos crimes (constrangimento ilegal, ameaça, concussão, prevaricação, calúnia, difamação, injúria e abuso de poder político) praticados pelo Deputado Federal **PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA (PSD/RJ)** e pelo Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, **EDUARDO DA COSTA PAES (PSD)**.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro atua de forma independente e tem como missão combater o crime organizado, inclusive quando há suspeitas de ligações entre agentes públicos e facções criminosas.

Em nota, a Polícia Civil do Rio de Janeiro afirmou que a investigação que levou à prisão do Vereador Salvino começou dia 15 de outubro de 2024 e que passou por três esferas "diferentes e independentes". Segundo a corporação, a representação pela prisão foi feita em 1º de janeiro de 2026. O Ministério Público analisou e deu parecer favorável no dia 21 de janeiro e o Poder Judiciário autorizou os mandados em 27 de fevereiro, com expedição em 3 de março deste ano.

Não é decisão de governo, é decisão da Justiça. Se durante uma investigação aparecem provas de crime, a polícia faz o que a lei manda: investiga, pede a prisão à Justiça e prende.

Muito me estranha que o Prefeito do Rio de Janeiro esteja adotando esse tipo de comportamento, tentando politizar uma investigação conduzida de forma totalmente legal.

Ao fazer esse tipo de insinuação, acaba colocando sob questionamento não apenas o trabalho da Polícia Civil, mas também a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Polícia Civil atua de forma independente e tem como missão combater o crime organizado, inclusive quando há inclusive quando há indícios de ligação entre agentes públicos e facções criminosas.

Tentar transformar uma investigação séria em narrativa de perseguição política é uma tentativa inaceitável de desviar o foco de fatos graves, apurados pelas forças de segurança.

Portanto, esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado não pode se omitir diante de fatos que fragilizam a luta contra o crime organizado e o tráfico de armas e drogas. O Parlamento deve se posicionar em defesa da seriedade da Justiça, da valorização do trabalho policial e da preservação da ordem pública.

Diante do exposto, solicito a aprovação da presente moção de repúdio.

Sala das Sessões, em de março de 2026.

Deputado CORONEL MEIRA PL/PE
Presidente da CSPCCO

